



CÓD: OP-110JN-24  
7908403548460

# **ANGRA DOS REIS-RJ**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGRA DOS REIS – RIO DE JANEIRO**

Secretário Escolar

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024/PMAR**

## ***Língua portuguesa***

1. Compreensão e interpretação de texto.....	5
2. Tipologia e gêneros textuais.....	5
3. Figuras de linguagem.....	6
4. Significação de palavras e expressões. Relações de sinonímia e de antonímia.....	9
5. Ortografia.....	10
6. Acentuação gráfica.....	10
7. Uso da crase.....	11
8. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto.....	11
9. Locuções verbais (perífrases verbais).....	18
10. Funções do “que” e do “se”.....	18
11. Elementos de comunicação e funções da linguagem.....	20
12. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	21
13. Emprego de tempos e modos verbais.....	22
14. Domínio dos mecanismos de coerência textual.....	22
15. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras.....	22
16. substituição de palavras ou de trechos de texto.....	28
17. reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	28
18. reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	33
19. Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).....	33
20. Concordância verbal e nominal.....	33
21. Regência verbal e nominal.....	35
22. Colocação pronominal.....	36
23. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	37
24. Função textual dos vocábulos.....	40
25. Variação linguística.....	40

## ***Conhecimentos Específicos Secretário Escolar***

1. Comunicação oral e escrita.....	53
2. Atendimento ao público.....	56
3. Correspondência oficial – documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas comerciais, serviços da empresa brasileira de telégrafos, fraseologia adequada, redação oficial.....	58
4. Abreviações.....	81
5. Formas de tratamento.....	83
6. Documentação e arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento.....	83
7. Cronograma de atividades do serviço de secretaria. Gestão e organização escolar.....	90
8. Noções de recursos humanos.....	108
9. Técnicas secretariais.....	110
10. Sociologia do trabalho.....	115

---

## ÍNDICE

---

11. Relações interpessoais.....	116
12. Políticas públicas educacionais .....	117
13. Planejamento e organização escolar.....	125
14. Fundamentos da educação brasileira .....	134
15. Ética profissional .....	140

---

No entanto, a LDB de 61, distanciou-se muito da clareza e da sensatez do anteprojeto original, e a lei que sucedeu e substituiu em parte (Lei nº 5.692/71) agravou a situação. Eliminaram substancialmente qualquer possibilidade de instituição de políticas e planos de educação como instrumentos efetivos de um desenvolvimento ideal da Educação Brasileira, pois novamente foi consagrada a ideia de plano como distribuição de recursos.

Após a iniciativa pioneira de 1962 e suas revisões, sucedem-se, em trinta anos, cerca de dez planos. Em um estudo realizado nessa área até 1989, conclui-se que essa sucessão de planos que são elaboradas, parcialmente executadas, revista e abandonada, refletem os males gerais da administração pública brasileira. A educação, realmente não era prioritária para os governos. As coordenadas da ação governamental no setor ficavam bloqueadas ou dificultadas pela falta de uma integração ministerial.

Em consequência disso e de outras razões, sobretudo políticas, o panorama da experiência brasileira de planejamento educacional é um quadro de discontinuidades administrativas, que, fez dessa experiência um conjunto fragmentado de incoerentes iniciativas governamentais que nunca foram mais do que esquemas distributivos de recursos.

Com esta visão podemos compreender o “porquê” do caos educacional em nosso país. Desde há muito a educação foi relegada ao final das filas. O povo foi passando de governo em governo sem perceber as perdas que lhe trariam o atraso educacional.

### **Níveis de Planejamento**

Na esfera educacional o processo de planejamento ocorre em diversos níveis, segundo a magnitude da ação que se tem em vista realizar. O planejamento educacional é o mais amplo, geral e abrangente. Prevê a estruturação e o funcionamento da totalidade do sistema educacional. Determina as diretrizes da política nacional de educação.



A seguir, temos o planejamento Escolar e depois o Curricular, que está intimamente relacionado às prioridades assentadas no planejamento educacional. Sua função é traduzir, em termos mais próximos e concretos, as linhas-mestras de ação delineadas no planejamento imediatamente superior, através de seus objetivos e metas. Constitui o esquema normativo que serve de base para definir e particularizar a linha de ação proposta pela escola. Permite a inter-relação entre a escola e a comunidade.

Logo após, temos o planejamento de ensino, que parte sempre de pontos referenciais estabelecidos no planejamento curricular. Temos, em essência, neste tipo de planejamento, dimensões:

- **Filosófica**, que explicita os objetivos da escola;
- **Psicológica**, que indica a fase de desenvolvimento do aluno, suas possibilidades e interesses;
- **Social**, que expressa as características do contexto sócio-econômico-cultural do aluno e suas exigências.

Este detalhamento é feito tendo em vista os processos de ensino e de aprendizagem. Assim, chegamos ao nível mais elementar e próximo da ação educativa. É através dele que, em relação ao aluno:

- Prevemos mudanças comportamentais e aprendizagem de elementos básicos;
- Propomos aprendizagens a partir de experiências anteriores e de suas reais possibilidades;
- Estimulamos a integração das diversas áreas de estudo.

Como vemos, o planejamento tem níveis distintos de abrangência; no entanto, cada nível tem bem definido e delimitado o seu universo. Sabemos que um nível particulariza - um ou vários - aspectos delineados no nível antecedente, especificando com maior precisão as decisões tomadas em relação a determinados eventos da ação educativa.

A linha de relacionamento se evidencia, então, através de escalões de complexidade decrescente, exigindo sempre um alto grau de coerência e subordinação na determinação dos objetivos almejados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Estruturalista	Ênfase nas condições estruturais de natureza econômica do sistema. Enfatiza a dimensão institucional ou objetiva. Orientação determinista.
Interpretativa	Ênfase na subjetividade e na dimensão individual. O sistema é uma criação do ser humano. A gestão é mediadora reflexiva entre o indivíduo e o seu meio.
Dialógica	Ênfase na dimensão grupal ou holística e nos princípios de totalidade, contradição, práxis e transformação do sistema educacional.
Enfoques	Características
Jurídico	Práticas normativas e legalistas / sistema fechado.
Tecnocrático	Predomínio dos quadros técnicos / especialistas.
Comportamental	Resgate da dimensão humana: ênfase psicológica.
Desenvolvimentista	Ênfase para atingir objetivos econômicos e sociais.
Sociológico	Ênfase nos valores culturais e políticos, contextualizados. Visão interdisciplinar.

*Fonte dos dois quadros: Padilha<sup>46</sup>*

### **Objetivos do Planejamento Educacional**

São objetivos do planejamento educacional, segundo Joanna Coaracy<sup>47</sup>:

- “Relacionar o desenvolvimento do sistema educacional com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país, em geral, e de cada comunidade, em particular;
- “Estabelecer as condições necessárias para o aperfeiçoamento dos fatores que influem diretamente sobre a eficiência do sistema educacional (estrutura, administração, financiamento, pessoal, conteúdo, procedimentos e instrumentos);
- Alcançar maior coerência interna na determinação dos objetivos e nos meios mais adequados para atingi-los;
- Conciliar e aperfeiçoar a eficiência interna e externa do sistema”.

É condição primordial do processo de planejamento integral da educação que, em nenhum caso, interesses pessoais ou de grupos possam desviá-lo de seus fins essenciais que vão contribuir para a dignificação do homem e para o desenvolvimento cultural, social e econômico do país.

### **Requisitos do Planejamento Educacional**

- Aplicação do método científico na investigação da realidade educativa, cultural, social e econômica do país;
- Apreciação objetiva das necessidades, para satisfazê-las a curto, médio e longo prazo;
- Apreciação realista das possibilidades de recursos humanos e financeiros, a fim de assegurar a eficácia das soluções propostas;
- Previsão dos fatores mais significativos que intervêm no desenvolvimento do planejamento;
- Continuidade que assegure a ação sistemática para alcançar os fins propostos;
- Coordenação dos serviços da educação, e destes com os demais serviços do Estado, em todos os níveis da administração pública;
- Avaliação periódica dos planos e adaptação constante destes mesmos às novas necessidades e circunstâncias;
- Flexibilidade que permita a adaptação do plano a situações imprevistas ou imprevisíveis;
- Trabalho de equipe que garanta uma soma de esforços eficazes e coordenados;
- Formulação e apresentação do plano como iniciativa e esforço nacionais, e não como esforço de determinadas pessoas, grupos e setores”.<sup>48</sup>

### **Pressupostos Básicos do Planejamento Educacional**

- O delineamento da filosofia da educação do país, evidenciando o valor da pessoa e da escola na sociedade;
- A aplicação da análise - sistemática e racional - ao processo de desenvolvimento da educação, buscando torná-lo mais eficiente e passível de responder com maior precisão às necessidades e objetivos da sociedade.

Podemos, portanto, considerar que o planejamento educacional constitui a abordagem racional e científica dos problemas da educação, envolvendo o aprimoramento gradual de conceitos e meios de análise, visando estudar a eficiência e a produtividade do sistema educacional, em seus múltiplos aspectos.

### **Planejamento Curricular**

Planejamento curricular é o processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É a previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno. É o instrumento que orienta a educação como um processo dinâmico e integrado de todos os elementos que interagem para consecução dos objetivos, tanto os dos alunos como os da escola.

<sup>46</sup> PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>47</sup> COARACY, Joanna. *O planejamento como processo*. Revista Educação, Ano I, no. 4, Brasília, 1972.

<sup>48</sup> UNESCO, *Seminário Interamericano sobre planejamento integral na educação*. Washington. 1958.

O **Planejamento anual da escola** consiste em elaborar a estratégia de ação para o prazo de um ano - conforme a realidade específica de cada escola - tomando decisões sobre o que, para que, como e com o que se vai fazer o trabalho na escola o período proposto levando em conta as linhas tiradas no plano global.

#### **Planejamento Participativo**

O Planejamento Participativo se constitui num processo político onde há um propósito contínuo e coletivo onde se tem a oportunidade de discutir a construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Mais do que um significado técnico, o planejamento participativo é um processo político vinculado à decisão da maioria que será em benefício da maioria.

Genericamente o planejamento participativo constitui-se em uma estratégia de trabalho que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social, dentro de um processo global para solucionar problemas comuns.

#### **Planejamento de Aulas**

O Planejamento de aula é a tomada de decisões referentes ao trabalho específico da sala de aula:

- Temas
- Conteúdos
- Metodologia
- Recursos didáticos
- Avaliação.

Antes, porém de se planejar a aula propriamente dita deve ser executado um planejamento de curso para o ano todo. E este deve ser subdividido em semestre para que possa ser visualizado com mais clareza e objetividade.

Dentro destes Planos anuais podem ser inseridas as unidades temáticas, temas transversais que ocorrerão com o desenvolvimento do Plano bimestral ou trimestral. Estes são os marcos para que o professor e toda a equipe da escola não se percam dentro de conteúdos extensos e, deixem de ministrar em cada momento a essência, o significativo para que o aluno possa prosseguir seu conhecimento e transformá-lo em aprendizagem.

O centro do processo educativo não deve ser o conteúdo pre-estabelecido como se tem feito nas escolas ainda hoje. Qualquer professor estaria de acordo em dizer que o centro do processo não é o conteúdo, mas em sua prática, a grande maioria faz dele todo o processo. Muitas vezes, isso acontece até contra a sua vontade. É que há uma cultura dentro da escola, junto com os pais dos alunos e em todo senso comum social, de que se vai para a Escola para memorizar alguma informação, normalmente até consideradas inúteis até pelas mesmas pessoas que as exigem.

O centro do processo educativo também não pode ser o aluno. Este desastre é tão conservador como centrar o trabalho no conteúdo. E que quando centramos o processo educativo somente no aluno convertemos todo o processo em um egoísmo e em um individualismo onde uns dominam os outros.

#### **Planejamento e Educação Libertadora<sup>49</sup>**

No planejamento, é fundamental a ideia de transformação da realidade. Isto quer dizer que uma instituição (um grupo) se transforma a si mesma tendo em vista influir na transformação da realidade global.

49 GANDIN, Danilo. *Planejamento. Como Prática Educativa*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Quer dizer, também, que fez sentido falar em planejamento, acima e além da administração, como uma tarefa política, no sentido de participar na organização na mudança das estruturas sociais existentes. Quer dizer, finalmente, que planejar não é preencher quadros para dar *status* de organização séria a um setor qualquer da atividade humana.

Isso nos traz à educação libertadora como proposta educacional apta a inspirar um processo de planejamento. Porque a educação libertadora é uma proposta de mudança. Essa educação libertadora *Gandin* fala que tem sua base na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (Medellín, Colômbia, 1968).

Referindo-se a educação:

- "A que converte o educando em sujeito do seu próprio desenvolvimento";

- "O meio-chave para libertar os povos de toda a escravidão e para fazê-los ascender de condições de vida menos humanas a condições mais humanas".

Há nisto uma dimensão pessoal e uma proposta social global bem claras, no texto apresentadas de forma não separada, mas como um posicionamento apenas.

Sem entrar na discussão se o termo "meio-chave" é exagerado e aceitando que a educação, mesmo a escolar, tem uma dimensão política realizável, pode-se ver que esta dupla proposta leva em conta os dois grandes problemas da América Latina de então, que perduram ainda hoje: a organização injusta da sociedade e a falta quase total do remédio para isso, a participação.

Ao propor que o educando seja sujeito de seu desenvolvimento, está propondo a existência do grupo, da participação e, como consequência, a conscientização que gera a transformação. Basicamente está dando ao pedagógico a força que ele realmente pode assumir como contribuinte de uma transformação social ampla em proveito do homem todo e de todos os homens.

A partir daí a aproximação entre educação libertadora e planejamento educacional sublinha as mesmas ideias básicas, de grupo, de participação, de transformação da realidade. Tanto que, a partir desta dupla base de Medellín, e pensando no que lhe é mais característico, a metodologia, pode-se definir a educação libertadora assim: um grupo (sujeitos em interação) na dinâmica de ação-reflexão, buscando a verdade e tendendo ao crescimento pessoal e à transformação social.

#### **Projetos Educativos**

É o primeiro grande instrumento de planejamento da ação educativa da escola, devendo por isso, servir permanentemente de ponto de referência e orientação na atuação de todos os elementos da Comunidade Educativa em que a escola se insere, em prol da formação de pessoas e cidadãos cada vez mais cultos, autônomos, responsáveis, solidários e democraticamente comprometidos na construção de um destino comum e de uma sociedade melhor.

Um Projeto Educativo é, segundo a definição de *Costa*<sup>50</sup>, um "documento de caráter pedagógico que, elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade da própria escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objetivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência da ação educativa".

50 COSTA, Adelino Jorge: "Construção de projetos educativos nas escolas: traços de um percurso debilmente articulado." - *Revista Portuguesa de Educação*, Volume 17, nº 2. 2004.

Sobre o que não deve ser e o que deve ser o projeto educativo de escola, *Vidal, Cárave e Florencio* elaboraram um quadro-síntese que ajuda a clarificar seu entendimento adequado.

<i>Não deve ser</i>	<i>Deve ser</i>
Uma enumeração detalhada dos elementos que compõem um centro: planos, descrições, professores, etc.	Uma exposição clara, concisa e breve das intenções educativas, estruturas, regulamentos e organização curricular de uma comunidade escolar.
Um manual de psicologia, pedagogia, sociologia, de organização escolar, etc.	Uma adequação daqueles princípios e estruturas educativas que se consideram adequados para uma comunidade.
Um documento destinado ao exercício burocrático da educação.	Um documento orientador e guia de todas as atividades educativas.
Um produto fechado, acabado e inalterável.	Um projeto dinâmico e modificável em função da prática educativa.
Um “empenho” pessoal de algum membro do corpo docente ou da Associação de Pais de Alunos.	Uma criação coletiva do conjunto de membros da comunidade educativa do centro.
Uma complicação a mais para o trabalho docente.	Um facilitador do trabalho docente.
Uma fórmula paradigmática que resolve todos os problemas do centro. Um regulamento de funcionamento.	Um conjunto articulado de princípios, orientações e sistemas que servem de marco às atividades educativas.
Um “panfleto” que diz coisas muito “atrevidas” sobre a educação.	Um projeto equilibrado, produto das intenções de toda a comunidade educativa.
Um documento que só expressa o que se quer que se conheça.	Um projeto resultante da tensão entre o estabelecido (imposto), a prática implícita (ritual) e o intencional.

Em suma, concebendo-se como uma adaptação do “projeto educacional” do país (leis e diretrizes curriculares) ao nível específico local, como uma programação geral da escola e como um instrumento de autonomia didático-pedagógica e organizativa da escola, o projeto educativo da escola se caracteriza por quatro categorias metodológicas (*Baldacci*<sup>61</sup>):

- A intencionalidade;
- A contextualização;
- A metodicidade; e
- A flexibilidade.

Pela **intencionalidade**, o projeto educativo estabelece direção e metas precisas e explícitas, evitando a ação educativa casual e extemporânea.

A **contextualização** representa a adaptação do projeto educacional do país à realidade sociocultural concreta de uma escola. A intencionalidade passa a ser “historicizada”, ou seja, contextualizada num ambiente de referência específico, o que permite a passagem de um projeto abstrato para um projeto concreto.

A **metodicidade** valoriza o princípio de sistematicidade e organicidade no processo didático, mesmo reconhecendo as diferenças de estilo de aprender e ensinar de alunos e professores, respectivamente.

Finalmente, a **flexibilidade** assegura que o projeto educativo seja tratado como uma mera hipótese de trabalho e por isso está sujeito a retificações e revisões ao longo de sua implementação.

## FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

### Fundamentos da Educação<sup>62</sup>

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

61 BALDACCI, M. *La scuola dell'autonomia: Il Progetto educativo d'Istituto*. Bari: Maria Adda Editore. 1996.

62 <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

• **Produtos de Aprendizagem**

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando-lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

A interpenetração entre saber e conhecimento é o produto da aprendizagem que realmente interessa ao ser humano, ou seja, um produto de aprendizagem que é sistematizado e transformador, ao qual damos o nome de práxis. A **práxis** pode ser definida como a contínua conversão do conhecimento em ação transformadora e da ação transformadora em conhecimento.

A Psicologia tem como objeto o comportamento humano. Para estudá-lo, ela faz recortes, que constituem suas subáreas: ao indivíduo que aprende corresponde a Psicologia de Aprendizagem, ao indivíduo que se desenvolve corresponde a Psicologia do Desenvolvimento, ao indivíduo que se relaciona no grupo, a Psicologia Social, ao indivíduo que se constitui como individualidade, a Psicologia da Personalidade, e assim por diante.

Em cada subárea surgem, evidentemente, várias teorias. Dentre as subáreas de Psicologia, as que têm tido um papel destacado na Educação são: a Psicometria, a Psicologia da Aprendizagem e a Psicologia do Desenvolvimento.

Voltando-se a afirmativa de que a Didática tem por função primordial, levar o educando a aprender, não podemos desvincular de sua estrutura o auxílio da ciência psicológica, pois na medida em que aplica as formulações científicas fornecidas por esta ciência, responde à perguntas como:

- Quem Aprende?
- Como Aprende?

Por meio dos conhecimentos psicológicos, que diferem e caracterizam o sujeito que aprende e os processos ou formas de aprendizagem é que a didática pode formular princípios, indicar normas convenientes de ensino, sugerir meios adequados para uma orientação realmente eficiente da aprendizagem.

Do ponto de vista psicológico, os determinantes mais significativos no campo educacional, estão relacionados as diferenças de personalidade, quer no aspecto de diferenças de inteligência, quer nas diferenças estruturais de própria personalidade.

Caso o professor deseje ser um educador e não apenas um instrutor, sua tarefa se centralizará no aluno e para tal, é indispensável o seu conhecimento. De maneira geral, as contribuições da escola no desenvolvimento da personalidade podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

- Atividades de grupo dão aos alunos a oportunidade de contribuir e de se sentirem aprovados;
- O sociograma pode auxiliar o professor a colocar um aluno junto aquele de quem gosta, dando-lhe apoio emocional;
- O professor pode diminuir a competição;
- Unidades de programas voltadas para problemas de relações sociais ajudam os alunos inibidos e inexperientes a saber como prosseguir;
- Como lidar com as diferenças individuais;
- Permitir que o aluno discuta suas hipóteses e orientá-lo para a escolha de soluções que levem ao desenvolvimento harmonioso de sua personalidade.

É preciso lembrar, no entanto, que a aprendizagem é um processo que ocorre no aluno, é um processo pessoal, logo, se não conhecermos este aluno e a maneira como este processo se desenvolve, não pode haver ensino eficiente, com economia de tempo e esforço e elevação na produtividade.



O assunto da educação é o homem global e inteiro, alma unida ao corpo em unidade da natureza, com todas as suas faculdades naturais e sobrenaturais, tal como a razão justa e a revelação lhe mostraram que fosse

Assim, diferentes Filosofias fornecem diferentes definições da educação. Qual é a natureza da Filosofia educacional que toma possíveis semelhantes diferenças?

• **O Âmbito da Filosofia Educacional**

Assim como a Filosofia geral procura entender a realidade como um todo, explicando-a da maneira mais genérica e sistemática, assim a Filosofia educacional procura também compreender a educação, na sua integridade, interpretando-a por meio de conceitos gerais suscetíveis de orientarem a escolha de objetivos e diretrizes educativas. Do mesmo modo que a Filosofia geral coordena as descobertas e conclusões das diversas ciências, a Filosofia educacional interpreta-as na medida em que se relacionem com a educação.

As teorias científicas não comportam em si mesmas inequívocas implicações educacionais; não podem ser aplicadas diretamente. Um motivo para isso é que os cientistas nem sempre concordam entre si sobre o que constitui um conhecimento definitivo. Não existe, por exemplo, uma teoria de aprendizagem geralmente aceita.

Outro motivo é que, ao selecionar objetivos e diretrizes educativas, temos de formular juízos de valor, de decidir, entre uma quantidade de fins e meios possíveis, quais os que deveremos adotar. Como já vimos, a ciência não pode tomar por nós tais decisões, se bem que possa fornecer muitos dos fatos em que as nossas decisões se baseiam. Esses juízos têm de ser elaborados dentro do quadro de uma Filosofia que pessoalmente aceitamos.

A Filosofia educacional depende da Filosofia formal porque quase todos os grandes problemas da educação são, no fundo, problemas filosóficos. Não podemos criticar os ideais e as diretrizes educacionais existentes, nem sugerir novos, sem atendermos a problemas filosóficos de ordem geral, tais como a natureza do próprio homem, que é um dos alvos da educação; a natureza do próprio homem, porque é o homem que estamos educando; a natureza da sociedade, porque a educação é um processo social; e a natureza da realidade suprema, que todo o conhecimento procura penetrar.

A Filosofia educacional, portanto, envolve a aplicação da Filosofia formal ao campo da educação. Tal como a Filosofia geral, ela é especulativa, prescritiva e crítica ou analítica.

A Filosofia educacional é especulativa quando procura estabelecer teorias da natureza do homem, sociedade e mundo, por meio das quais ordene e interprete os dados conflitantes da pesquisa educacional e das ciências humanas. O filósofo educacional pode estabelecer tais teorias deduzindo-as da Filosofia formal e aplicando-as à educação, ou, então, passando dos problemas particulares da educação para um esquema filosófico capaz de resolvê-los.

Seja qual for o método que siga, permanece o fato de que a educação suscita uma série de problemas que nem ela nem a ciência podem resolver sozinhas, pois são meros exemplos das questões que perenemente se repetem na própria Filosofia.

Uma Filosofia da educação é prescritiva quando especifica os fins a que a educação deve obedecer e os meios gerais que deve usar para atingi-los. Define e explica os fins e os meios existentes do nosso sistema educativo e sugere novos meios e fins para devida consideração.

Para um tal propósito, os “fatos”, mesmo quando definitivos, não podem ser suficientes. Os fatos apenas indicam, com maior ou menor rigor, as consequências de adotarmos certas diretrizes. Não nos dizem se tais orientações são desejáveis ou, sendo desejáveis, se justificam o abandono de outras diretrizes.

Tanto as finalidades da educação como quaisquer de seus meios, excetuando os mais particulares, não podem ser estabelecidos mediante critérios considerados válidos unicamente para a educação, visto que, como disciplina, a educação não pode ficar sozinha. Com efeito, sem recorreremos à Filosofia Política, como poderemos inteligentemente discutir a questão de saber se a escola deve ou não praticar a democracia na administração e no governo dos estudantes? Ou, sem referência à Filosofia Social, como poderemos discutir o problema da instrução individual? Quando o educador escolhe os seus fins, deve fazê-lo não como educador, mas como filósofo.

Uma Filosofia da educação também é analítica e crítica. Nesta acepção, analisa suas próprias teorias especulativas e prescritivas, bem como as teorias que encontra em outras disciplinas.

Examina a racionalidade dos nossos ideais educativos, sua coerência com outros ideais e a parte neles desempenhada pelo pensamento improvisado ou ilusório. Comprova a lógica dos nossos conceitos e sua adequação aos fatos que procuram explicar.

Demonstra as inconsistências existentes em nossas teorias e indica o preciso alcance das teorias que restam, quando as incoerências são removidas. Examina a vasta proliferação de conceitos educacionais especializados. Sobretudo, luta por esclarecer os múltiplos significados diferentes ligados a expressões tão desgastadas como “liberdade”, “adaptação”, “crescimento”, “experiência”, “interesse” e “maturidade”.

• **Epistemologia e Educação**

Um dos interesses primordiais da educação é descobrir e transmitir conhecimento. Mas nem tudo o que circula sob o nome de educação pode corretamente ser rotulado de “conhecimento”. Como é importante para o professor, pois, ser capaz de avaliar as bases em que se formulam as exigências de conhecimento?

O professor pode ajudar os estudantes a compreenderem e distinguirem entre opinião e fato, entre crença e conhecimento. Da convicção de que uma crença é verdadeira não se segue, necessariamente, que a crença é verdadeira de fato, a menos que satisfaça os padrões do conhecimento idôneo. Por exemplo, o princípio da separação da Igreja e do Estado não é a razão suprema para a exclusão da religião das escolas públicas.

Um motivo pertinente para o problema em questão é que o estado de conhecimento das crenças religiosas não está esclarecido; muitos consideram as crenças religiosas algo predominantemente mítico. Outros, que não negam a benéfica influência moral da religião sobre o comportamento dos estudantes, duvidam que a religião possa fornecer conhecimentos de um modo apropriado.

Claro, os teólogos e outros estão convencidos de que a religião fornece conhecimento de fato: o conhecimento revelado. Talvez a única solução para os professores seja admitirem uma preferência por certos tipos de conhecimento ou dizerem que os padrões para julgar o que é conhecimento e o que não constituem, eles próprios, matéria para debate.

O professor também pode discutir os métodos pelos quais o conhecimento é adquirido - através da revelação, autoridade, intuição, razão, os sentidos e a experimentação. O conhecimento derivado da experimentação científica é o mais aceito, hoje em dia. Isto

Essa é uma outra contribuição da filosofia para a educação. Possibilitando uma maior clareza conceitual e de linguagem, melhora-se a comunicação entre os educadores e destes com os que cultivam as demais áreas do conhecimento, situando a pedagogia no rumo da maturidade epistemológica que lhe garanta condições de igualdade em face dos demais ramos do saber científico.

— **Fundamentos Biológicos**

O estudo de algumas noções básicas de Biologia humana é indispensável para melhor compreender a utilidade da Biologia para a educação e os aspectos biológicos mais diretamente envolvidos no trabalho escolar.

A citologia ou estudo de célula e de suas funções, a fisiologia e a anatomia do organismo humano; os órgãos e processos envolvidos na formação de novos seres humanos; e a genética ou a origem de nossas características hereditárias constituem elementos fundamentais, tanto para o conhecimento do aluno quanto para o desenvolvimento do processo educativo.

A Biologia estuda as transformações que ocorrem nos seres vivos, suas relações entre eles e o meio ambiente ao longo dos tempos.

Sabe-se que a partir da segunda metade do século XX, professores de Psicologia e de Pedagogia salientavam a necessidade de uma melhor base biológica para seus alunos. Houve então, a criação da Cátedra de Biologia Educacional a fim de dar ao educador uma ampla visão dos fenômenos da vida e da evolução, ao mesmo tempo que se lhe fornecia, por intermédio desta disciplina, base científica para a compreensão de certos capítulos da Psicologia, da Sociologia e da Pedagogia.

Na época, não tinha conteúdo certo, ela se subordinaria a oferecer bases à Psicologia, à Sociologia e a Educação. E certo que a Biologia Educacional daria fundamento à solução de inúmeros problemas de outras disciplinas, de vários cursos, mas não menos exato é que ela deve possuir - e de fato possui - uma finalidade privativa, que a chama para a direta e imediata intervenção na obra educacional.

Para nos fazermos entender, recorramos por um momento à noção estabelecida pela ciência, das diferenças individuais. Não existem dois indivíduos iguais. Diferem um dos outros pelos caracteres somáticos: peso, estatura, conformação externa e interna, diferem nas manifestações fisiológicas: força muscular, ritmo circulatório, propriedades sanguíneas, acuidade sensorial, diferem finalmente nas funções psíquicas: memória, inteligência, emotividade, etc.

Por que é que não há dois homens realmente iguais? Por que é que, no grupo de 35 crianças que o professor recebe ao iniciar-se o ano letivo, não encontra ele, duas que tenham os mesmos atributos morfológicos ou funcionais? De que dependem as diferenças que apresentam, e cujo conhecimento é de tanto, interesse para o educador?

Além disso, por que é que mudam as crianças, de um ano para outro, de um dia para outro, sofrendo muitas vezes alterações radicais e imprevistas nos seus caracteres somáticos, na saúde física, no vigor intelectual?

Diferenças e mudanças resultam de um complexo de fatores em que sobrelevam os de natureza biológica: hereditariedade, alimentação, doenças, ação da atmosfera, atividade funcional dos músculos ou sistema nervoso, etc. - fatores que a biologia educacional mostra e analisa, procurando ao mesmo tempo determinar, quanto possível, o coeficiente de contribuição de cada um.

Mas, não basta ao educador saber quais os fatores das diferenças individuais, cabe a ele procurar influir sobre tais fatores a fim de que, graças a essa providência, certos caracteres individuais desapareçam e outros se desenvolvam. Daí dizermos que a Biologia Educacional é o estudo dos fatores biológicos que determinam as diferenças e variações individuais na espécie humana, e dos meios com que o educador poderá atuar sobre eles.

Embora as diferenças individuais envolvam atributos do caráter e da personalidade, não se derivam diretamente de fatores orgânicos, eles têm raízes biológicas. A criança começa a vida como um ser orgânico. Torna-se depois um ser social.

A altura, o peso, a conformação do corpo e a aparência geral contribuem para a personalidade de duas maneiras:

1º) elas impedem ou contribuem para o desenvolvimento de habilidades socialmente aprovadas;

2º) porque estes atributos físicos, em conformidade com os valores sociais de uma cultura ou divergindo deles tem importantes efeitos sobre o comportamento.

O físico de um indivíduo influencia as relações das outras pessoas em relação a ele, isto, por sua vez determina os conceitos que o indivíduo faz de si mesmo, o que tem efeitos decisivos no seu próprio comportamento. Os estudos têm demonstrado sistematicamente que os indivíduos que têm tipos físicos socialmente aprovados, têm mais atividades socialmente aprovadas, menos problemas pessoais e melhor ajustamento social do que aqueles que estão mais distantes da forma física ideal (Dimock, 1937).

Jamais se poderia superestimar a necessidade de compreender como e porque os estudantes sentem e se comportam deste ou daquele modo. Para poder realmente ajudar o aluno, o professor tem que compreender os problemas com que se defronta a criança em desenvolvimento na escola e na comunidade. O papel do professor como higienista mental é muito importante dentro da unidade escolar.

**ÉTICA PROFISSIONAL.**

A ética profissional é um dos critérios mais valorizados no mercado de trabalho. Ter uma boa conduta no ambiente de trabalho pode ser o passaporte para uma carreira de sucesso.

A vida em sociedade, que preza e respeita o bem-estar do outro, requer alguns comportamentos que estão associados à conduta ética de cada indivíduo. A ética profissional é composta pelos padrões e valores da sociedade e do ambiente de trabalho que a pessoa convive.

No meio corporativo, a ética profissional traz maior produtividade e integração dos colaboradores e, para o profissional, ela agrega credibilidade, confiança e respeito ao trabalho.

Contudo, há ainda muitas dúvidas acerca do que é ética, por isso, antes falar sobre ética profissional, é importante entender um pouco sobre o que é ética e qual a diferença entre ética e moral.

— **O que é ética**

A palavra Ética é derivada do grego e apresenta uma transliteração de duas grafias distintas, *êthos* que significa “hábito”, “costumes” e *ethos* que significa “morada”, “abrigo protetor”.